



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

Edição nº 209 • ano 2026

O SEU CONSELHO DE



portas abertas

COM EQUIDADE

5

CAPA:
Ascensão das mulheres
negras à presidência no
Sistema Conselhos

13

ARTIGO:
Ana Bock e a trajetória
da Psicologia durante a
democratização

24

PERSPECTIVA DO USUÁRIO:
Para além da técnica:
o letramento que sustenta
o cuidado com pessoas trans



EDITORIAL

PENALIDADES ÉTICAS

**MATÉRIA DE CAPA | SINAL DOS TEMPOS:
COMO A ASCENSÃO DE MULHERES NEGRAS
À PRESIDÊNCIA NO SISTEMA CONSELHOS
REFLETE A ATUALIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E
ÉTICA DA PSICOLOGIA**

**COTIDIANO | O CRP SP NOS
TERRITÓRIOS: UMA PROPOSTA
DE PORTAS ABERTAS**

**ARTIGO | A PSICOLOGIA VAI AO
TERRITÓRIO: COMO A INQUIETAÇÃO
ÉTICA TRANSFORMOU A PROFISSÃO**

**ÉTICA | O XVIII PLENÁRIO E OS DESAFIOS
DA COMISSÃO DE ÉTICA DO CRP SP**

**ORIENTAÇÃO | ORIENTAR,
FISCALIZAR E SUSTENTAR O
EXERCÍCIO PROFISSIONAL ÉTICO E
COMPROMETIDO COM A SOCIEDADE**

**PERSPECTIVA DO USUÁRIO | PARA ALÉM DA
TÉCNICA: O LETRAMENTO QUE SUSTENTA
O CUIDADO COM PESSOAS TRANS**

**CRP SP SERVIÇO | ORIENTAÇÃO RÁPIDA
SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E
CANAIS DE ATENDIMENTO**

3

4

5

9

13

17

20

24

29



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

psi

Publicação do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo,
CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta: Valéria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)
Vice-presidenta: Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)
Secretária: Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)
Tesoureiro: Genildo Gomes de Sousa (CRP 06/159297)

Conselheiras/os

Beatris Guarita Dotta (CRP 06/143345)
Bruna Pessenda (CRP 06/137732)
Carolina Zandavalli Steinacker (CRP 06/169260)
Cecília Francini Cabral de Vasconcellos (CRP 06/135142)
Cláudia Cristina Lofrano (CRP 06/44926)
Débora Nascimento Santos (CRP 06/144738)
Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)
Fausto Martins Geantomasse (CRP 06/81623)
Flávia Roberta Eugênio (CRP 06/113673)
Gabriel Basílio Barbosa Costa (CRP 06/185699)
Genildo Gomes de Sousa (CRP 06/159297)
Hélio Roberto Braunstein (CRP 06/32111)
Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)
Janaina Cristina Barea (CRP 06/80812)
João Paulo da Silva Reis (CRP 06/126792)
Lucas Petronilho Negrão da Silva (CRP 06/119817)
Luísa Thomazini de Freitas (CRP 06/159754)
Luiz Fernando Rodrigues Novais (CRP 06/165953)
Luke Ribeiro Mazzei França Barros (CRP 06/188231)
Marília Capponi (CRP 06/81224)
Marinaldo Fernando de Souza (CRP 06/81671)
Natali de Souza Nascimento (CRP 06/134212)
Paula Andréia de Carvalho Jonas (CRP 06/62340)
Patrícia Unger Raphael Bataglia (CRP 06/27448)
Renato Becks Gomes de Mendonça Garrafa (CRP 06/153663)
Rita Isabel Pereira Alves (CRP 06/121138)
Shirley Aparecida Rocha Menezes (CRP 06/110068)
Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)
Valéria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)
Vivória Soares Vidal (CRP 06/149691)

Realização**Comissão de Comunicação Institucional (ComCom)**

Presidente: Renato Becks Gomes de Mendonça Garrafa
Membras/os: Gabriel Basílio Barbosa Costa,
Hélio Roberto Braunstein e Tayná Alencar Berti de Souza
Gerente de Relações Institucionais: Edson Ferreira Dias Junior
Coordenadora de Comunicação: Tais Aparecida de Souza

Jornal Psi

Jornalista responsável: Angelo Cuissi (MTb 31058/RJ)
Redação: Angelo Cuissi
Revisão: Angelo Cuissi
Diagramação: Paulo Mota
Capa: Paulo Mota
Ilustrações: Janaina Cristina Barea
Aprovação: XVIII Plenário

Sede CRP SP

Rua Teodoro Sampaio, 417, Pinheiros
CEP 05405-000 — São Paulo SP
E-mail: info@crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Alto Tietê | altotiete@crpsp.org.br
Assis | assis@crpsp.org.br
Baixada Santista e Vale do Ribeira | baixada@crpsp.org.br
Bauru | bauru@crpsp.org.br
Campinas | campinas@crpsp.org.br
Grande ABC | atendimentoabc@crpsp.org.br
Metropolitana | metropolitana@crpsp.org.br
Ribeirão Preto | ribeirao@crpsp.org.br
São José do Rio Preto | sjrpreto@crpsp.org.br
Sorocaba | sorocaba@crpsp.org.br
Vale do Paraíba e Litoral Norte | vale@crpsp.org.br

O conteúdo foi produzido durante a gestão do XVIII Plenário.

www.crpsp.org.br

@crp_sp

/crpsp

@crp_sp

@crp_sp

/company/crp-sp

/crpspvideos



A PSICOLOGIA COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA E DIREITO

A Psicologia brasileira não é mais a mesma — e este *Jornal Psi nº 209* é o registro vivo dessa transformação. Se, há três décadas, a profissão ainda buscava romper com o estigma de ser uma prática restrita às elites e aos consultórios fechados, hoje acompanhamos uma autarquia que não apenas ocupa o “Brasil real”, mas que também passa a ser atravessada pelas experiências concretas de quem historicamente esteve à margem desses espaços.

Esse deslocamento não se deu de forma espontânea. Ele é resultado de um processo contínuo de democratização do Sistema Conselhos, de um processo histórico contínuo de luta da sociedade, dos inúmeros movimentos sociais organizados e da categoria. Especificamente, com a eleição deste XVIII Plenário, verificou-se, como resultado, uma organização em nível nacional a partir da convergência democrática, articulada e plural denominada movimento “Equidade e Confluências”, caracterizado como um movimento democrático de resistência contra as atuais tentativas autoritárias de ruptura democrática, contra os atuais retrocessos democráticos e ataques às garantias de direitos, conquistas e avanços no campo das Políticas Públicas de saúde mental coletiva e das redes de atenção psicossocial (Raps).

Outros fatores concorreram para a democratização do Sistema Conselhos: a ampliação de políticas de acesso ao ensino superior e a inserção cada vez mais consistente e ampliada da Psicologia nas Políticas Públicas. Ao transformar a base da categoria, esse movimento também tensiona as formas de produzir conhecimento, intervir e gerir, exigindo da profissão um reposicionamento ético e político diante das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira.

Pela primeira vez em nossa história, o Sistema Conselhos vivencia uma confluência negra e feminina em seus espaços de direção. Esse marco não se reduz a um dado representativo: trata-se de uma inflexão histórica que aponta para a reconfiguração dos lugares de poder e decisão dentro da autarquia. Ao aproximar a gestão do perfil real da categoria — que hoje também conta com a presença de conselheiros transmasculinos e pessoas com deficiência —, abre-se caminho para que experiências antes silenciadas passem a incidir diretamente na formulação de prioridades, diretrizes e práticas institucionais, enriquecendo o fazer institucional e ampliando os horizontes éticos e políticos da Psicologia.

É nesse cenário que o território deixa de ser apenas um recorte geográfico e passa a se afirmar como método. Reconhecer os territórios significa compreender que a atuação da Psicologia se dá em contextos marcados por desigualdades,

por saberes locais e por formas próprias de organização da vida. Implica deslocar o olhar institucional para além dos espaços formais, reconhecendo a potência dos vínculos comunitários, das redes de cuidado e das experiências produzidas no cotidiano.

As subsedes, distribuídas por todo o estado de São Paulo, têm sido expressão concreta desse movimento. Ao se aproximarem de universidades, movimentos sociais, equipamentos públicos e espaços comunitários, constroem uma presença que não se limita ao atendimento de demandas, mas que se orienta pela escuta, pelo diálogo e pela participação. Um Conselho comprometido com seu tempo não pode ser apenas um endereço institucional: precisa ser presença viva nos territórios onde os direitos são tensionados e onde a Psicologia se reinventa diariamente.

A dimensão política da Psicologia se expressa, também, na sua capacidade de enfrentamento. Em contextos marcados pelo acirramento de práticas excludentes e pela tentativa de redução da complexidade do sofrimento humano a respostas simplificadoras, torna-se fundamental reafirmar os princípios éticos que orientam a profissão.

Nesse sentido, a atuação do Conselho diante de iniciativas que retomam lógicas manicomial e de controle social evidencia um posicionamento inegociável: a Psicologia não pode ser instrumentalizada como ferramenta de controle social e de higienização dos territórios. A defesa da autonomia, da liberdade e do cuidado em liberdade segue sendo um princípio estruturante, em consonância com os marcos da Reforma Psiquiátrica e com o compromisso histórico da categoria com os Direitos Humanos.

Esta edição é, também, um convite: um chamado para que cada profissional reconheça o Conselho como espaço coletivo de construção, participação e incidência política.

Manter as portas abertas implica sustentar processos contínuos de escuta, fortalecer a participação da categoria e criar condições reais para que as vozes historicamente silenciadas orientem as prioridades institucionais. Trata-se de afirmar que a gestão pública da Psicologia se faz de forma democrática, ética e comprometida com a sociedade e com os Direitos Humanos.

A dívida histórica da Psicologia com a sociedade brasileira não se encerra — ela se atualiza. A Psicologia brasileira segue em movimento. E é no encontro entre território, diversidade e participação que se constroem as condições para enfrentá-la.

Boa leitura. A construção é coletiva!



SINAL DOS TEMPOS

Como a ascensão de mulheres negras à presidência no Sistema Conselhos reflete a atualização demográfica e ética da Psicologia

Da esquerda para a direita: Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06/121139), conselheira presidenta do CFP, e Valéria Campinas Braunstein (CRP 06/31093), conselheira presidenta do CRP SP.

A eleição de Valéria Campinas Braunstein (CRP 06/31093) para o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), em sincronia com a de Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06/121139), para a presidência do Conselho Federal de Psicologia (CFP) é um marco importante para a afirmação da diversidade no Sistema Conselhos: é a primeira vez que duas mulheres negras estarão à frente, respectivamente, do órgão federal e de sua maior regional.

O resultado das urnas coincide com a conscientização recente da desigualdade racial. A primeira resolução do CFP sobre princípios éticos e profissionais no manejo de preconceito e racismo foi publicada em 2002, e as primeiras eleições com cotas de diversidade para o Sistema Conselhos só aconteceram vinte anos depois.

Essa tomada de consciência caminhou ao lado da visibilidade estatística. As políticas de coletas de dados sobre cor e raça, por exemplo, chegaram aos bancos das universidades no século XXI. Os números da exclusão só começam a se revelar de fato em 2012, quando mais de 90% das/dos concluintes de Psicologia fizeram a autodeclaração no questionário distribuído junto com a prova do Enade. Entre 21 mil estudantes, cerca de 6% se declaravam pretas/os e pardas/os, enquanto 23% se considerava de cor amarela.

A estatística absurda denunciava a falta de letramento racial: que cor define a pele? Qual é mais verdadeira, qual é mais aceitável? Em 2018, a proporção havia subido para 45% (e manteve-se próxima de 40% em 2022, com menos pessoas participando da prova). Mais do que Políticas Públicas, o debate ajudou a forjar identidades.

O aumento geral no número de concluintes, motivado pela abertura de novos cursos de Psicologia, fez com que o número de profissionais inscritas/os no CRP SP dobrasse em uma década. A categoria ganhou um perfil mais diverso, em vários âmbitos, seja de identidade racial, etária, de profissionais com alguma deficiência, entre outros. Uma base crescente de psicólogas/os negras/os passou, naturalmente, a reivindicar sua representação na autarquia.



Desigual desde a base

Virginia Leone Bicudo, vice-presidenta do I Plenário do CFP (1973–1976), defendia a luta pela equidade no acesso de pessoas negras a espaços de educação e ao mercado de trabalho. Seu pai, Theofilo, nascido sob a Lei do Ventre Livre, havia sido impedido de cursar Medicina por um professor que se recusava a aprovar um aluno negro. Apesar disso, sua filha se graduou duas vezes – em Sociologia e Educação Sanitária – e se tornou a primeira psicanalista não médica do Brasil.





A luta de Virginia permanece relevante. Ivani Oliveira pertence à primeira geração de sua família a ter acesso ao ensino superior; Valéria Braunstein, à segunda. Muitas vezes, o diploma universitário ainda se assemelha a uma herança, não a um direito.

Iniciativas vitais para mudar esse cenário, como a Lei de Cotas e o ProUni, têm alcance limitado diante do gargalo educacional: em 2020, 9 em cada 10 estudantes de Psicologia estavam em universidades privadas; quase metade se declarava negra, mas só 4% estavam inscritas/os no ProUni – número similar ao de estudantes não negras/os. Com 60% das matrículas nessas universidades concentradas no período noturno, a superação da desigualdade racial, muitas vezes, resulta do esforço combinado de quem trabalha e estuda.

A solidão da gestora negra

O avanço na base, contudo, não se reflete no topo da hierarquia. Mesmo na administração pública, as barreiras históricas persistem. Mulheres negras ocupam apenas 1,25% dos cargos de alta direção no serviço público federal, e apenas uma das 27 secretarias estaduais de Saúde, de acordo com o instituto República.org. Na iniciativa privada, isso se traduz em salários 30% menores para gestoras, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

“Parece que a gente não combina com gestão, não combina com lugar na diretoria”, comentou Valéria Braunstein em episódio do podcast Estação Psi. “Chegar até aqui é, de fato, um processo de ousadia e coragem”.

A sensação de “não lugar” tem lastro na realidade social. Psicólogas/os enfrentam preconceitos diversos na atuação profissional. O primeiro é o sexismo, que tem potencial para afetar diretamente 80% da categoria. O segundo é econômico: de acordo com o Caged, o salário de psicólogas/os está abaixo da média, considerando as profissões da Saúde. O capital econômico de categorias mais valorizadas frequentemente se converte em força política, e, consequentemente, na nomeação para cargos de gestão.

Em suas propostas, o XVIII Plenário – marcado pela diversidade de pessoas, e, consequentemente, de perspectivas – tem mostrado disposição para atuar no reconhecimento dessas demandas específicas da categoria. “As pessoas precisam ter espaço de fala, precisam que suas vozes sejam de fato ouvidas”, diz Valéria. “Pensando nesses tempos sombrios, seria uma prática na qual nós possamos fazer valer o nosso compromisso com a sociedade”. Retomando a metáfora do bambu, que mencionou em seu discurso de posse, conclui: “penso que envergar diante das adversidades, mas não quebrar, significa ter firmeza com objetivos e premissas que são inegociáveis.”



A ideia de proporcionar esses espaços de fala – seja nas subsedes, seja em eventos e parcerias estabelecidas pela autarquia – foi sintetizada na identidade institucional da gestão, que ganhou o mote “O seu Conselho de portas abertas”. Para a presidenta do CRP SP, esses espaços podem dar oportunidade a “encontros preciosos”, momentos de abertura para o diálogo sincero sobre o cotidiano da profissão. Afinal, como Virginia Bicudo havia percebido oitenta anos antes, a melhora nas condições de existência de um grupo não hegemônico só se consegue com o trabalho coletivo.

O papel do Conselho Federal

A luta pelo piso salarial e pela jornada de trabalho de 30 horas, principais pautas da categoria, ocorre principalmente no Congresso Nacional. Isso não significa que seja uma luta apenas do conselho federal. “Enquanto o CFP atua na articulação federal e institucional, o CRP SP mobiliza a base no maior estado do país”, explica Ivani Oliveira. A sintonia entre o federal e a regional, prossegue, é o que permite “desconstruir a ideia de que direitos trabalhistas são ‘pedidos de privilégio’”. Esses direitos, conclui, “são a base material necessária para que cada pessoa psicóloga tenha condições psíquicas e físicas de exercer sua função com excelência”.

Para definir essa união, o XX Plenário do CFP recorreu ao conceito contracolonial de confluência, aprendido com Nego Bispo. Ivani ressalta a importância de

um diálogo que flua desimpedido entre as/os profissionais que vivem o cotidiano da Psicologia e o Sistema Conselhos de Psicologia. Assim, aponta, torna-se possível que “as vozes historicamente silenciadas passem a orientar projetos, prioridades e decisões”.

O futuro tem cores

Essa confluência sinaliza, portanto, um reencontro da autarquia com a realidade demográfica de sua base. Ao alinhar a gestão com o perfil de quem estuda e trabalha na ponta, o Sistema Conselhos começa a superar o hiato de representatividade que perdurou por meio século. A expectativa é que, ao se naturalizar a presença negra nos espaços de decisão, a diversidade deixe de ser tratada como evento excepcional para se consolidar como critério indissociável da competência administrativa, desafiando as hegemonias mantidas por décadas no sistema Conselhos – sejam elas étnicas, de cor, idade, classe social, identidade de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência e tantas outras.

O sinal dos tempos não se vê só nas fotos oficiais: o que estas fazem é indicar uma mudança de perspectiva. Discussões antes tidas como identitárias ou corporativas estão sendo integradas a pautas históricas. Em última análise, as urgências do Brasil real – do enfrentamento ao racismo à luta por salários dignos – são obstáculos para uma atuação profissional de qualidade. Enfrentá-las é um imperativo ético.

O CRP SP NOS TERRITÓRIOS: UMA PROPOSTA DE PORTAS ABERTAS

São Paulo tem quase 170 mil psicólogas/os registradas/os, concentradas/os na Região Metropolitana e em cidades como Campinas e Sorocaba. As subsedes do CRP SP enfrentam realidades tão distintas que tornam qualquer política padronizada insuficiente. É a partir dessas diferenças que a atual gestão propõe sua agenda de aproximação com a categoria.



O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo se organiza em uma sede e onze subsedes, responsáveis pelo atendimento a 645 municípios e a 169.191 profissionais registradas/os — uma das maiores categorias do país sob um único conselho regional. Mas os números escondem uma assimetria expressiva.

A **Subsede Metropolitana**, que abrange quatro municípios da Grande São Paulo, concentra 67.048 profissionais; já a Subsede Assis atende 110 municípios em um raio de até 300 quilômetros, com 5.887 psicólogas/os registradas/os. Além de demográfica, essa desproporção é estrutural: a Subsede Assis funciona em local provisório há mais de três anos, inviabilizando reuniões e eventos presenciais, e o imóvel que ocupava estava previsto para ir a leilão. Em maio de 2026, o CRP SP fará uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a revogação dessa decisão – sinal de que a questão mobilizou a categoria a ponto de exigir deliberação coletiva. Um conselho com responsabilidade sobre mais de um décimo dos municípios paulistas não pode operar indefinidamente sem casa permanente.

Essa é uma das faces do que as comissões gestoras das subsedes definem como o principal desafio da gestão: estar presente em territórios que, muitas vezes, nunca sentiram a presença concreta do Conselho.

Territórios, não regiões

A palavra “território” não é neutra no vocabulário do CRP SP. Ela carrega uma concepção de que cada área de abrangência de uma subsede tem especificidades sociais, políticas e culturais que precisam ser reconhecidas, não apenas administradas à distância.

No **Alto Tietê**, território com subsede em Mogi das Cruzes e que compreende 8.492 profissionais em 11 municípios, a Comissão Gestora apostou em uma estratégia de presença concreta desde o início da gestão: realizou uma reunião aberta em um cursinho popular da região, espaço de referência para movimentos sociais locais. A escolha do local não foi casual. Ao sair do espaço institucional e ir ao encontro de onde a comunidade já se reúne, a subsede sinalizou uma disposição de diálogo que vai além do atendimento de demandas pontuais.



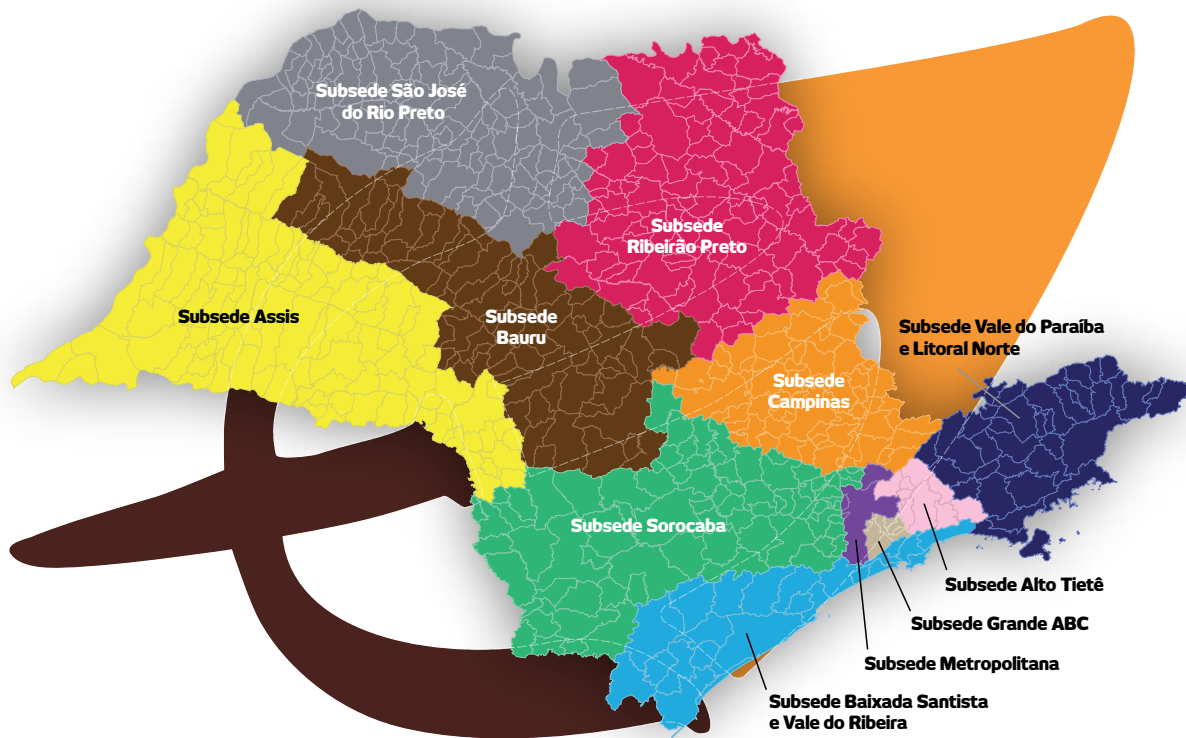
Conselheiras/os e apoiadoras/es do XVIII Plenário se reúnem para cerimônia de posse, em setembro de 2025

A mesma lógica orienta a articulação com a Defensoria Pública do Estado (DPESP), com coletivos LGBTQIA+, com conselhos de direitos e com universidades do território. A participação em Paradas do Orgulho e em espaços de Políticas Públicas compõe o que a coordenadora Victória Soares Vidal (CRP 06/149691) descreve como uma estratégia de “ampliar o acesso e fortalecer a participação da categoria”, tornando a diversidade um eixo transversal das ações, não uma pauta eventual.

Em **Assis**, onde a extensão territorial é o principal obstáculo, a Comissão Gestora priorizou a aproximação com universidades (estudantes de último ano, docentes e gestoras/es de cursos de Psicologia) e com profissionais que atuam na educação pública, campo ampliado pela Lei nº 13.935/2019. As ações planejadas para equidade incluem encontros temáticos sobre diversidade e sexualidade e oficinas que sirvam de ponto de partida para o diálogo com instituições de ensino

superior da região. A articulação com movimentos já está em curso: o Zimbauê (movimento negro), a Rede Trans de Assis, a Promotoria de Tupã, que atua na retificação de nomes de pessoas trans e travestis, o Pop Rua e o Coletivo 18 figuram entre os interlocutores identificados pela subsede.

No **Vale do Paraíba e Litoral Norte** território de 39 municípios e 8.351 profissionais que vai de São José dos Campos a Ubatuba, a Comissão Gestora parte do reconhecimento explícito das desigualdades que marcam a região: raciais, territoriais, de gênero. O território abriga aldeias Guarani Mbya no litoral norte, comunidades quilombolas no Vale, além de fluxos intensos de migração interna e externa. A gestão se encontra, neste início de mandato, em fase de escuta e mapeamento – condição necessária, segundo a Comissão Gestora, para construir ações que de fato incorporem essas realidades, sem reproduzir o equívoco de propor soluções genéricas para contextos específicos.



O desafio do acesso

Se há um denominador comum entre o que as subseções relatam, é o diagnóstico de que a categoria desconhece o Conselho: seus serviços, seus canais, suas possibilidades de participação.

Em **Sorocaba**, subseção com 13.234 profissionais em 79 municípios, a Comissão Gestora relata um sintoma que diz mais do que parece – profissionais que reclamam de telefones e e-mails desatualizados sem antes consultar o site institucional. O problema é de vínculo: uma categoria que não acessa o Conselho é também uma categoria que não participa, não cobra e não se fortalece coletivamente.

A resposta da Subseção Sorocaba passa por dois eixos complementares: a abertura de subcomissões e grupos de trabalho como espaços de participação real, e a presença em universidades para que estudantes de Psicologia conheçam o Conselho ainda na formação. A ideia é que o vínculo com o CRP SP não comece no momento em que a/o profissional precisa de orientação, mas antes, quando ainda está construindo sua identidade como psicólogo/a.

Em **Bauru**, com 6.866 profissionais em 83 municípios, a Comissão Gestora reconhece que esta primeira fase da gestão foi dedicada à reorganização interna: composição das comissões de Orientação e Fiscalização e de Ética, alinhamento com as/os trabalhadoras/es da subseção, levantamento de pendências acumuladas. É o tra-

balho que não aparece, mas que é condição para qualquer ação territorial consistente. A prioridade declarada para os próximos passos é descentralizar as atividades da Comissão Gestora, distribuindo responsabilidades e ampliando a capilaridade da subseção no território.

Presença como posição ética

Estar presente nos territórios não é apenas uma questão logística para o CRP SP. É também uma posição ética e, em alguns momentos, fortemente política.

Em dezembro de 2025, a Subseção Sorocaba sediou reuniões de articulação de movimentos sociais e participou de uma audiência pública convocada para debater o Projeto de Lei Municipal nº 136/2019, conhecido como “Lei do Sequestro” (veja quadro na próxima página). O projeto propõe a internação compulsória e a remoção forçada de pessoas em situação de uso de drogas no município. A subseção não apenas marcou presença: abriu seu espaço para que os movimentos se organizassem antes do evento e manteve articulação com eles nas semanas seguintes.

O que aconteceu em Sorocaba não é uma exceção. É o que o CRP SP propõe como método: um conselho que não espera ser procurado, mas que se coloca – nos territórios, nos debates, ao lado de quem luta por direitos. Isso só é possível porque há psicólogas e psicólogos que, em cada canto do estado, já fazem esse trabalho todos os dias.



Sorocaba na linha de frente: o CRP SP diante da internação forçada

Em 24 de outubro de 2025, a Prefeitura de Sorocaba publicou o Decreto Municipal nº 30.503, que declarou “situação excepcional e emergencial” no município e autorizou a internação involuntária de dependentes químicos. A medida transferiu a coordenação das ações da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Segurança Urbana e autorizou a Guarda Civil Municipal a participar das abordagens a pessoas em situação de rua. O Ministério Público apontou ilegalidade no decreto ainda em novembro, argumentando que a autorização para internação involuntária é ato médico – não competência de autoridade de segurança pública – e que a legislação federal exige laudo circunstanciado e esgotamento dos recursos extra-hospitalares. A Lei 10.216/2001, que consolidou a Reforma Psiquiátrica, é clara nesse ponto.

O contexto político agravava a situação. Em 6 de novembro, o então prefeito foi afastado do cargo pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região no âmbito da Operação “Copia e Cola”, da Polícia Federal, que investigava desvios de verbas públicas na saúde municipal. Com o decreto em vigor e o poder executivo em crise, os movimentos sociais intensificaram a mobilização.

No dia 12 de dezembro de 2025, a Câmara Municipal de Sorocaba realizou audiência pública para debater os impactos do decreto – e também o Projeto de Lei Municipal nº 136/2019, que propõe a institucionalização da internação compulsória no município, conhecido pelos críticos como “Lei do Sequestro”. O

CRP SP participou com argumentação técnica e ética. A posição do Conselho foi direta: a Psicologia não pode ser instrumentalizada como ferramenta de controle social. A internação forçada sem critérios clínicos rigorosos viola a autonomia do indivíduo, contradiz as diretrizes da Reforma Psiquiátrica e apresenta baixos índices de eficácia terapêutica.

A audiência reuniu um conjunto expressivo de organizações: o Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas), a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), o Movimento de Mulheres Olga Benário, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a Pastoral do Povo da Rua, a Marcha da Maconha Sorocaba e o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SinPsi), entre outros. Os argumentos convergiam: a medida criminaliza a pobreza, ignora as raízes sociais do uso problemático de drogas e ressuscita a lógica manicomial. Em contraposição, os participantes defenderam o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

A participação da Subsede Sorocaba não se limitou ao dia da audiência. Nos meses anteriores, a subsede acolheu reuniões de articulação dos movimentos em seu espaço e seguiu presente nas articulações seguintes. Uma presença que não começa e termina no evento – mas que constrói, no território, a legitimidade do Conselho como interlocutor comprometido com os Direitos Humanos.

A PSICOLOGIA VAI AO TERRITÓRIO: COMO A INQUIETAÇÃO ÉTICA TRANSFORMOU A PROFISSÃO

Da atuação sobre Políticas Públicas ao letramento racial, o Sistema Conselhos de Psicologia consolida a democratização iniciada há três décadas

A história da Psicologia no Brasil é atravessada por momentos de profunda transformação estrutural. Durante as primeiras décadas após sua regulamentação em 1962, a profissão manteve-se predominantemente distante das complexidades do Brasil real: como relembra **Ana Mercês Bahia Bock** (CRP 06/2771), em seus primeiros anos “a Psicologia tinha donos”. Era restrita a “acadêmicos das grandes universidades”, exercida por profissionais pertencentes às elites. Aliada a forças hegemônicas, a categoria estabeleceu-se sem ir aos cárceres, sem olhar para as populações marginalizadas e mantendo-se longe da saúde pública. Essa atuação operava sob a premissa de um sujeito universal e abstrato; ao ignorar os determinantes sociais, de classe e de raça, limitava severamente o alcance e o impacto social da profissão.





UNIÃO
TRANSFORMAÇÃO

O rompimento com esse modelo excludente encontrou sua força motriz em muitas e muitos profissionais a partir do final dos anos 1970. Ao assumir a presidência do Conselho Federal de Psicologia, no final da década de 1990, Ana Bock personificou uma virada ética e epistemológica. Com sua postura, que une o rigor científico a uma sensibilidade prática para as urgências do país, ela defendeu que a profissão precisava reconhecer sua dívida com a sociedade brasileira. A articulação pedagógica e política de Bock pavimentou o caminho para que a Psicologia se comprometesse com a atuação social, orientando a prática pela garantia de direitos e pela transformação da realidade.

A primeira grande inovação dessa virada foi estrutural: era preciso democratizar a própria autarquia. A gestão de Ana Bock consolidou instâncias participativas como o Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), mecanismos que transferiram o poder de decisão para a categoria e o dividiram com o coletivo dos conselhos regionais. A partir desse novo arranjo institucional, a Psicologia iniciou sua inserção sistêmica nas Políticas Públicas, construindo as bases para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS) e, posteriormente, no Sistema Único de Assistência Social (Suas). “Estamos reconstruindo nossa profissão a partir do reconhecimento de que temos uma dívida histórica”, declarou Bock em 2006, durante o II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão. Para pagar essa dívida, o Conselho precisou criar ferramentas inéditas que qualificassem a atuação das psicólogas e dos psicólogos nos territórios vulneráveis.

Essa qualificação exigiu que a categoria atuasse, muitas vezes, na contramão das forças do Estado. Utilizando a prerrogativa legal do Conselho para convocar profissionais e fiscalizar o exercício da profissão, a gestão de Bock iniciou uma série de vitórias-surpresa coordenadas. Em ações conjuntas com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conselheiras e conselheiros realizaram o que a ex-presidente definiu como o “estardalhaço” ético necessário para abrir as portas de hospitais psiquiátricos e de unidades da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem; atualmente, Fundação Casa) por todo o país. Os horrores documentados nessas inspeções — de maus-tratos a mortes violentas — culminaram na publicação do histórico relatório *A Instituição Sinistra* (2001) e embasaram denúncias formais à ONU, consolidando a Psicologia como uma força ativa e implacável na defesa dos Direitos Humanos.

Contudo, para que a profissão se firmasse definitivamente no cotidiano das Políticas Públicas, não bastava expor as violações; era imperativo formular novos modos de intervir. Foi exatamente para suprir essa exigência metodológica que a autarquia criou o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), garantindo o suporte necessário para a atuação na ponta. Rompendo com a tradição histórica na qual o conhecimento legítimo emanava exclusivamente das cúpulas acadêmicas, o Centro inverteu a lógica de produção de saberes: passou a mapear e sistematizar as práticas de psicólogas e psicólogos diretamente nos territórios. O

DEMOCRATIZAÇÃO

conhecimento construído no enfrentamento diário das vulnerabilidades no SUS, no Suas e no sistema prisional transformou-se em referências técnicas oficiais. Toda essa engrenagem ganhava força e legitimidade ao ser deliberada pela Apaf, garantindo que as diretrizes de atuação da profissão não fossem impostas de cima para baixo, mas pactuadas democraticamente por todo o Sistema Conselhos.

A imersão diária nas vulnerabilidades do país evidenciou, ainda, uma urgência teórica não resolvida. Em artigo que analisa a trajetória histórica da área, publicado em 2024, Ana Bock e pesquisadoras/es parceiras/os identificam que a psicologia tradicional frequentemente “caminhou pelas trilhas da patologização e da responsabilização das vítimas por sua condição”, mascarando desigualdades profundas. Romper com esse modelo exigia enfrentar a sua raiz estrutural — o que a própria ex-presidenta diagnosticou como a “necessidade urgente de enfrentar o pensamento colonizado na psicologia brasileira”.

Essa provocação teórica, nascida nos anos 1990, encontrou força material na profunda mudança demográfica da categoria ocorrida nas últimas décadas. O aumento do acesso ao ensino superior diversificou o perfil da profissão, e uma base crescente de psicólogas e psicólogos negros passou a reivindicar o seu espaço de direito na autarquia. O desdobramento político mais evidente dessa trajetória é a ascensão de mulheres negras à presidência do Conselho Federal, com Ivani Oliveira, e do CRP SP, com Valéria Braunsstein. A atual gestão ocupa a estrutura institucional

erguida pelo compromisso social, mas reconhece que a transformação no perfil da categoria exige elevar o debate a um novo patamar.

Como demonstra a reportagem principal desta edição, a consolidação desse novo perfil demográfico vai além da representatividade visual, exigindo e impondo uma transformação metodológica. Se a geração de Ana Bock construiu a base material e institucional para inserir a Psicologia nos territórios, a tarefa assumida pela atual gestão é operar essa mesma engrenagem sob a ótica da equidade e do letramento racial. Na prática, isso significa que a diversidade deixa de ser tratada como pauta anexa ou recorte identitário para se consolidar como critério indissociável da competência administrativa. As vozes que, historicamente, figuravam apenas como o “público-alvo” vulnerável das políticas assistenciais, assumem, agora, a autoria das diretrizes éticas e técnicas que orientam o futuro da profissão.

O fim dos “donos da Psicologia”, diagnosticado e impulsionado por Ana Bock há três décadas, inaugurou um processo contínuo de democratização. A inquietação ética que outrora levou a categoria a abrir as portas dos hospitais e a construir as suas referências a partir do território encontra a sua reverberação mais profunda no presente. Ao assumir a equidade como método de gestão, o Sistema Conselhos atesta que a superação do pensamento colonizado se decantou em realidade institucional da autarquia. Cada vez mais, a Psicologia brasileira é formulada pelas múltiplas vozes da sua base.



HISTÓRIA

DO GRP

por Ana Beatriz

em 1.977

consolidado nacional

Cuidar das Profissões

HUMILDADE

UNIÃO
TRANSFORMAÇÃO

SOCIEDADE COM SAÚDE MENTAL...

SOCIEDADE COM DIREITOS GARANTIDOS!

DEMOCRATIZAÇÃO



Transparência

Produzir

RE Conhecimentos

É preciso ter métodos!

Diversidade

Onde a Peteca caiu?

S vaidade
Carrerismo
Privilégios
Abusos



BOA SORTE
Bom TRABALHO
CORAGEM

Respeito

Coletivo

Conquistas

Jamaina Bonis
jun/2026

O XVIII PLENÁRIO E OS DESAFIOS DA COMISSÃO DE ÉTICA DO CRP SP (COE)

Cerca de dois mil processos éticos tramitam, atualmente, na Comissão de Ética (COE) do CRP SP. Eles tratam de possíveis equívocos de conduta no exercício profissional, nas formas de cuidado que, como profissionais da Psicologia, temos ofertado à sociedade.

A tramitação desses processos é baseada no Código de Ética Profissional da/do Psicóloga/o, em resoluções, orientações técnicas e outras diretrizes. Envolve uma série de etapas que possibilitam a compreensão da conduta adotada, de seus condicionantes, das bases teóricas e técnicas que organizam a forma de cuidado ofertada.

No entanto, para além da averiguação de possível infração ética, é possibilitada a produção de saberes sobre dificuldades comuns e deficiências presentes no exercício profissional da Psicologia. Desta forma, junto a outras comissões do Conselho, a COE torna visíveis elementos, presentes no exercício profissional e nas realidades em que estes se inserem, que demandam diferentes estratégias para que a Psicologia possa ser exercida com o devido zelo pela ética profissional.

Uma perspectiva de portas abertas

O XVIII Plenário do CRP SP foi eleito com uma importante bandeira, a do “CRP de portas abertas”. Ela representa a participação da categoria nos diferentes espaços do Conselho, assim como nossa escuta

atenta nos diversos espaços de atuação da Psicologia e nas demandas de saúde dos territórios. Essa é uma estratégia fundamental para fortalecermos a ética em nossa atuação profissional, pois o encontro CRP–categoria profissional–sociedade é, invariavelmente, um espaço de reflexão e orientação sobre a realidade em nossas diferentes áreas de atuação, e, sobretudo, de visibilização das demandas e das necessidades da população, que, a partir de uma perspectiva crítica, orientam nossa perspectiva e construção da ética na promoção de saúde.

Também nos comprometemos com a qualificação do exercício da Psicologia no cuidado das demandas da sociedade, ampliando as ações de mediação, expressão de uma lógica restaurativa implementada na COE já em 2017. A mediação possibilita que a orientação e o aprendizado sobre a ética profissional aconteçam como parte do processo ético, tornando visível o contexto em que a Psicologia se insere e evidenciando elementos que conformam a incidência da infração. Isso torna o processo ético mais célere e pode possibilitar a reparação do dano causado pela(s) conduta(s) adotada(s). Um processo ético que se encerra após sessões de mediação e com um acordo pactuado resulta em uma/um psicóloga/o que tem a possibilidade de entender seu equívoco e suas consequências. Com isso, o processo ético torna-se formativo, porque oferece uma solução que gera reflexão, aprendizagem, reparação.



Produção de documentos escritos é desafio para a categoria

Um dos temas mais recorrentes nas denúncias que recebemos é a produção de documentos escritos por psicólogas/os. Para além de sua dimensão técnica e de suas diferentes finalidades e formatos, um documento escrito é um registro histórico sobre algo ou alguém, com o potencial de reiterar ou transformar a convivência com a pessoa de que trata.

Esses processos nos mostram a urgência de retomar o contato com as instâncias de formação, para facilitar a compreensão sobre as demandas e armadilhas que um início de carreira proporciona. Isso implica fortalecer a parceria da COE com os cursos de Psicologia, entre outras estratégias que, zelando pelos valores emancipatórios que embasam nosso Código de Ética, devem incidir nos saberes sobre a realidade brasileira, que, em seu cotidiano, tem na violação de direitos um fator preponderante de produção de sofrimento.

É um desafio gigante, mas podemos enfrentá-lo coletivamente. Estamos de portas abertas para avançarmos juntas e juntos!

Qual documento devo produzir?

Entenda as 5 modalidades previstas na Resolução CFP nº 06/2019

Documento	Finalidade principal
1. Declaração	Registrar fatos objetivos: comparecimento, acompanhamento, horário e local. Vedado registrar sintomas ou diagnósticos.
2. Atestado	Certificar uma condição: justifica faltas, aptidão para atividades ou solicita afastamento. Fundamenta-se em um diagnóstico.
3. Relatório	Descrever o trabalho: narra o processo de atendimento, a demanda e a evolução. Pode gerar orientações e encaminhamentos, mas não tem finalidade de diagnóstico.
4. Laudo	Subsidiar decisões: apresenta os resultados conclusivos de um processo de avaliação psicológica. É técnico, detalhado e responde a uma demanda específica.
5. Parecer	Analisar tecnicamente: é uma resposta a uma dúvida (questão-problema) ou uma análise sobre outro documento psicológico questionado.

Checklist do laudo psicológico

Para garantir a validade técnica e ética, o laudo deve conter obrigatoriamente seis itens:

1. **Identificação:** quem é a pessoa ou grupo atendido? Quem solicitou o documento e qual é sua finalidade? Quem é a/o psicóloga/o (com CRP) autora/or?
2. **Descrição da demanda:** o que motivou a busca da pessoa atendida pelo serviço prestado? Qual a motivação?
3. **Procedimento:** como o trabalho foi feito? Que métodos, técnicas e instrumentos (reconhecidos cientificamente) foram usados?
4. **Análise:** é a exposição do raciocínio técnico. Aqui entram os dados colhidos e a fundamentação teórica.
5. **Conclusão:** é o resultado final. Pode conter o diagnóstico, prognóstico e, se necessário, o projeto terapêutico.
6. **Referências:** é onde se registram os dados bibliográficos de autoras/es e teorias em que você se baseou. Devem ser colocadas, preferencialmente, em notas de rodapé.

Atenção aos detalhes que protegem sua atuação

- **Validade:** todo documento deve ter seu prazo de validade indicado no último parágrafo. Quando não houver data específica, a/o psicóloga/o pode indicar a natureza dinâmica do serviço e os objetivos da avaliação/intervenção.
- **Guarda:** os documentos (físicos ou digitais) devem ser guardados por, **no mínimo, 5 anos**. A responsabilidade é tanto da/do profissional quanto da instituição.
- **Entrevista devolutiva:** é **obrigatória** para laudos e relatórios psicológicos. A pessoa atendida tem o direito de saber o que foi escrito sobre ela.
- **Protocolo:** sempre que entregar um documento, mantenha protocolo de entrega assinado por quem o solicitou ou recebeu (pessoa atendida, responsável legal e/ou instituição).

A escrita como ato ético

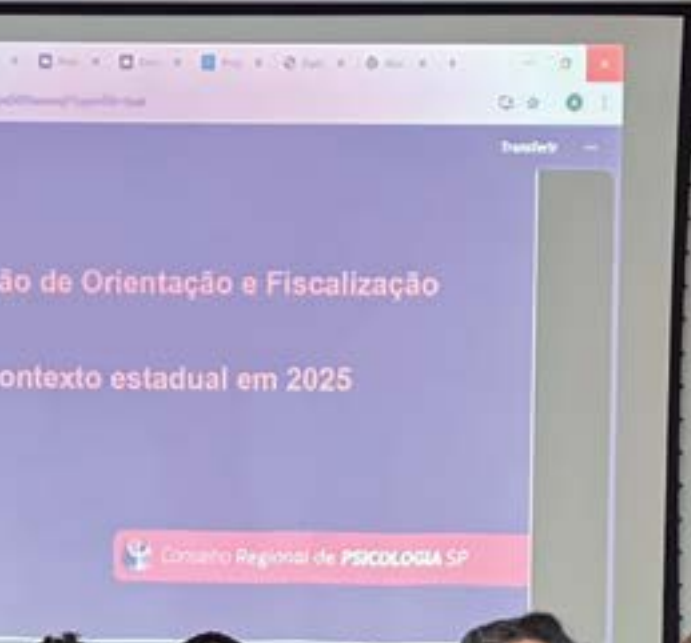
Um documento psicológico é um instrumento de comunicação que pode impactar a vida de uma pessoa. Segundo a Resolução CFP nº 06/2019, sua escrita deve seguir princípios rigorosos:

- Impessoalidade:** redija sempre na 3ª pessoa.
- Sigilo:** escreva apenas o necessário para responder à demanda. Proteja a intimidade.
- Direitos Humanos:** é vedado produzir documentos que sustentem preconceitos, racismo, homofobia ou qualquer forma de segregação. O documento deve promover cidadania.
- Cientificidade:** baseie-se exclusivamente em teorias e técnicas reconhecidas pela ciência psicológica.



ORIENTAR, FISCALIZAR E SUSTENTAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL ÉTICO E COMPROMETIDO COM A SOCIEDADE





Encontro Estadual da COF, realizado em 23 de janeiro de 2026

Foto: Divulgação/CRP-SP. Ilustrações: Janaína Baréa/CRP-SP



A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP (COF) do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) tem como eixo central de sua atuação a defesa de uma Psicologia ética, qualificada e comprometida com as necessidades sociais. Mais do que um espaço de fiscalização, a COF constituiu-se como um campo permanente de diálogo com a categoria, com a sociedade e com os diversos contextos em que a Psicologia se faz presente.

Entre suas atribuições estão a orientação a profissionais, instituições e órgãos públicos sobre a legislação e as normativas da profissão, a incidência em pautas relacionadas ao exercício profissional e a fiscalização das práticas psicológicas em diferentes cenários de atuação. Orientar e fiscalizar a categoria tem como foco a proteção social, a valorização da profissão e a garantia de serviços psicológicos que respeitem os Direitos Humanos e a dignidade das pessoas atendidas.

Os desafios da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) no estado de São Paulo iniciam-se pela escala: o CRP SP conta com **cerca de 170 mil psicólogos/os com registro ativo e mais de 17 mil pessoas jurídicas** sob sua jurisdição, o que impacta simultaneamente a orientação, a triagem de demandas e as ações de fiscalização. Soma-se a isso a capilaridade territorial, exigindo estratégias que consigam manter equidade de acesso e orientações homogêneas em

todo o estado. A COF precisa responder a um fluxo contínuo de demandas diferentes entre si (desde dúvidas pontuais até situações com potencial de risco ético), enquanto acompanha mudanças rápidas no modo de trabalhar (teleatendimento, prontuários e documentos digitais, armazenamento e compartilhamento em plataformas, exposição em redes sociais).

Orientação coletiva amplia alcance da COF

Diante desse cenário de diversidade, a COF também tem investido em ações de orientação coletiva entendendo que compartilhar conhecimento de maneira estratégica amplia o alcance, qualifica o debate e fortalece a cultura de prevenção e promoção de uma prática psicológica ética. Nesse horizonte, uma das iniciativas centrais é o **CRP Orienta**, realizado em formato de videoconferência coletiva: psicólogas/os se inscrevem em um horário e participam remotamente de uma reunião em que são elucidadas dúvidas recorrentes sobre normativas profissionais, com foco na aplicação ética e técnica no cotidiano de trabalho. Ao reunir questões que atravessam diferentes campos de atuação e territórios, a proposta favorece a circulação de orientações consistentes, reduz ruídos de interpretação e promove um espaço de acolhimento institucional. Observa-se um retorno satisfatório do CRP Orienta, reforçando sua importância como ferramenta de orientação preventiva.



Em paralelo, a COF tem buscado maior proximidade com as redes sociais do CRP SP por meio de uma Campanha Permanente, divulgando conteúdos, perguntas frequentes e orientações comuns sobre temas éticos e legislativos da profissão em linguagem acessível e de fácil compartilhamento. Essa estratégia é especialmente efetiva em um estado como São Paulo, marcado por diversidade de contextos de trabalho, grande volume de profissionais e dinâmicas de informação aceleradas: ao ocupar os canais onde as dúvidas aparecem e se disseminam, a COF amplia capilaridade e oferece referências para decisões mais seguras. Somadas, as iniciativas fortalecem a orientação como eixo estratégico, ampliam a transparência institucional e contribuem para uma prática profissional alinhada às normativas — com mais alcance e consistência. Já foram publicadas postagens sobre assuntos como documentos escritos, elaboração e guarda de prontuários, publicidade profissional, entre outros, que podem ser acessadas nas mídias sociais do CRP SP.

As ações da COF articulam orientação e fiscalização de maneira indissociável. Em muitos casos, a intervenção ocorre de forma preventiva, buscando elucidar, apoiar e qualificar o exercício profissional. Em outros, envolve a necessidade de promover mudanças em situações que não estejam em consonância com os princípios éticos da Psicologia ou que comprometam

a qualidade do serviço prestado. Em todos os casos, considera-se a complexidade e os desafios concretos vividos cotidianamente por psicólogas e psicólogos nos diferentes territórios e políticas públicas.

Nos últimos anos, o CRP SP tem avançado na sistematização de dados e na construção de ações orientadas por indicadores. Esse investimento permite uma leitura mais qualificada das demandas que chegam à COF.

Nesse percurso, tem se mostrado fundamental a aproximação dessa área técnico-política com contextos de atuação como o atendimento a pessoas com deficiência, a Psicologia Escolar, os serviços-escola, a saúde pública e os serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Ao articular orientação, fiscalização, produção de dados e incidência política, o CRP SP reafirma seu papel na defesa da ética profissional e na construção de uma Psicologia socialmente referenciada. Trata-se de uma atuação que não se limita à normatização do exercício profissional, mas que busca sustentar práticas responsáveis, humanizadas e comprometidas com a promoção da saúde, a justiça social e os Direitos Humanos.



PARA ALÉM DA TÉCNICA:



O cuidado ético em Psicologia exige o reconhecimento de que a identidade não é um diagnóstico, mas um direito. Falar em saúde mental para populações transmasculinas requer entender como o gênero se cruza com raça, território e classe social para produzir subjetividades únicas.

Nesta edição, o depoimento de Benício Kaeté Paiva, membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades de São Paulo (Ibrat-SP), convoca a uma clínica despato-logizante, que não busca “ajustar” o sujeito a normas de gênero, mas fortalecer sua autonomia. Ao reconhecer a transsexualidade como uma expressão legítima da diversidade humana — e não como transtorno —, a/o psicóloga/o atua como aliada/o na garantia de uma vida digna, em que o prazer e a ancestralidade são pilares tão fundamentais quanto a técnica.

O LETRAMENTO QUE SUSTENTA O CUIDADO COM PESSOAS TRANS



"É preciso encontrar para transformar!"

Sou Benício Kaeté Paiva. Tenho 46 anos, sou homem trans, afro-indígena, pernambucano, e moro em São Paulo há 24 anos. A Psicologia atravessa a minha vida de forma profunda e concreta, tanto no atendimento particular quanto no Sistema Único de Saúde (SUS). Ela foi — e segue sendo — uma ferramenta fundamental de cuidado, proteção e sobrevivência.

Meu primeiro contato com a Psicologia aconteceu no atendimento particular, em um momento de grande necessidade psíquica. **Busquei ajuda e encontrei alívio, equilíbrio e ferramentas para lidar com a vida.** Esse acompanhamento durou cerca de seis meses e foi interrompido quando me senti mais estável, mas também por limitações financeiras, algo comum para grande parte da população.

Transição e o direito de ser

Anos depois, ao iniciar meu processo de transição pela rede pública, tive novamente acesso aos serviços de Psicologia.

Iniciei a hormonização em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no centro de São Paulo e, junto ao cuidado médico, passei a contar com acompanhamento psicológico e psiquiátrico. Esse cuidado contínuo foi — e continua sendo — essencial para atravessar não apenas situações do cotidiano, mas também as profundas transformações da transição: mudanças no corpo, na forma como me vejo e na forma como sou visto e tratado socialmente.

A Psicologia me ajudou a desenvolver estratégias de autodefesa psíquica. Aprendi, por exemplo, que **o que o outro projeta sobre mim não define quem eu sou**, e que o mais importante é o que faço com isso. Essas ferramentas me trouxeram mais segurança emocional e social, inclusive para evitar embates desnecessários — algo fundamental em uma sociedade onde pessoas trans, especialmente transmasculinas, seguem sendo alvo de violências constantes.

Quando esses atravessamentos se somam a outros marcadores, como no meu caso — ser um homem trans preto, afro-indígena, nordestino e favelado — as barreiras se multiplicam. A Psicologia me ensinou que a primeira pessoa responsável pela minha proteção sou eu mesmo. Esse aprendizado fortalece não apenas a minha trajetória individual, mas também a forma como compartilho esses saberes com outras pessoas trans que ainda não tiveram acesso ao cuidado psicológico.

Diversidades na clínica

Percebo diferenças importantes entre o atendimento psicológico no particular e no SUS. No atendimento privado, geralmente a/o profissional que escolhe atender a população trans é mais especializado. Já no SUS, apesar do direito garantido e da importância do acesso, ainda há uma lacuna de preparo específico. Isso não revela falta de compromisso individual, mas **uma necessidade estrutural de formação continuada, de letramento de gênero e de Políticas**



Públicas que preparem melhor os profissionais para lidar com nossas especificidades.

Essas lacunas ficam ainda mais evidentes quando falamos de populações minorizadas. Pessoas trans, negras e indígenas carregam atravessamentos históricos, sociais e psíquicos profundos. Ter profissionais dessas comunidades — psicólogos negros, indígenas e trans — faz diferença na escuta e no cuidado. Não se trata de excluir outros profissionais, mas de reconhecer que a vivência também produz saber e aprofunda a compreensão.

Nós, pessoas trans, construímos, ao longo da história, tecnologias próprias de sobrevivência. O pajubá, por exemplo, é uma dessas tecnologias: um dialeto criado pelas travestis a partir de matrizes afro-indígenas, como forma de proteção em contextos de extrema violência. Conhecer essas linguagens, territórios e saberes é fundamental para uma Psicologia que se proponha ética, potente e conectada à realidade brasileira.

O cuidado em saúde mental não pode se restringir aos espaços formais. Ele precisa chegar também aos territórios onde pessoas trans já se sentem seguras — espaços comunitários, culturais e de convivência, muitas vezes chamados de guetos, mas que são, na verdade, lugares de refúgio, troca e produção de vida. Levar a Psicologia até esses espaços é ampliar o cuidado e romper com a lógica institucional excludente.

Enquanto usuário dos serviços de Psicologia, saber que o CRP SP conta hoje com uma gestão diversa, com pessoas negras e trans, é algo que precisa ser celebrado e sustentado na prática. Isso significa investir em ações territoriais, formação continuada, rodas de conversa e uma clínica ampliada, capaz de dialogar com a ancestralidade, a oralidade e os saberes construídos fora dos muros institucionais.

O que a Psicologia precisa aprender com pessoas trans

Às profissionais e aos profissionais da Psicologia, deixo uma mensagem: **é preciso ir além da técnica.** Mergulhar nos saberes que pessoas trans constroem, reconhecer nossas tecnologias de proteção e construir o cuidado de forma compartilhada.

Às pessoas trans que ainda têm receio de buscar atendimento psicológico, deixo um convite ao cuidado. Saúde mental é base para uma vida mais digna, equilibrada e possível.

Cuidar da saúde mental das pessoas trans é cuidar da sociedade como um todo.

PRÁTICA ÉTICA: Como acolher pessoas trans na rede pública?

Para que o SUS seja um espaço de cuidado real para a população trans (homens, mulheres, travestis e pessoas não binárias), a atuação da/do psicóloga/o deve ser pautada pelo respeito à autodeterminação:

- **Respeite o nome social:** O uso do nome social é um direito garantido pelo Decreto nº 8.727/2016. Ele deve ser utilizado em prontuários, chamadas e acolhimentos, independentemente da retificação no registro civil.¹
- **Identidade ≠ Orientação:** Não presuma o desejo de ninguém. A identidade de gênero (quem a pessoa é) não define sua orientação sexual (por quem ela sente atração). Uma pessoa trans pode se sentir atraída por um ou mais gêneros — e mesmo por nenhum.²
- **Saúde integral e sem estigma:** Pessoas trans e não binárias devem ter acesso a exames preventivos (como papanicolau ou próstata) de acordo com suas necessidades biológicas. O papel da/do psicóloga/o é garantir que esses atendimentos ocorram em ambientes seguros, sem olhares patologizantes.³
- **Valide os saberes territoriais:** A clínica deve dialogar com as “tecnologias de sobrevivência” da população trans. Linguagens próprias (como o pajubá) e redes de afeto comunitário são ferramentas de saúde mental e resistência que devem ser reconhecidas pelo profissional.⁴
- **Ética e enfrentamento à transfobia:** A **Resolução CFP nº 01/2018** veda práticas que reforcem estigmas ou discriminações e orienta a atuação profissional com base no respeito à dignidade e aos Direitos Humanos. A/o psicóloga/o deve reconhecer e acolher as diversas expressões de gênero, contribuindo ativamente para o enfrentamento da transfobia e para a promoção de ambientes de cuidado ético e inclusivo.



1. O uso do nome social não é uma concessão, mas um direito fundamental reafirmado pelas normativas do Sistema Conselhos. A Resolução CFP nº 01/2018 estabelece que psicólogas/os devem utilizar o prenome indicado pela pessoa em todos os seus atos e documentos, garantindo que a identidade seja a porta de entrada para um acolhimento digno.

2. Não confunda quem a pessoa é com quem ela sente atração. *Psicologia e diversidade sexual* (CFP, 2011) destaca a importância de desmembrar esses conceitos para evitar leituras patologizantes. Validar a identidade de gênero de forma autônoma à orientação sexual é o que garante uma clínica que respeita a liberdade e a singularidade do sujeito.

3. Saúde integral exige o rompimento com a lógica do “risco” para focar no cuidado. Conforme as *Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em Políticas Públicas para população LGBTQIA+* (Crepop, 2023), a atuação na saúde pública deve garantir acesso a exames e procedimentos sem olhares discriminatórios, tratando o corpo trans em sua totalidade e direito à saúde plena.

4. A clínica ética deve reconhecer as redes de afeto e as linguagens próprias como tecnologias de sobrevivência. O livro *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs* (CFP, 2019), revela como o apoio comunitário e a resistência cultural protegem a saúde mental contra a violência sistêmica. Escutar o território é parte essencial do manejo clínico despatologizante.

"É preciso encontrar para transformar!"

CRISES PRÁTICAS

VIOLENCIAS
SOCIAL
CINICA
EDUCACAO
TRABALHO

JÁ DIRIA RAUL...

SONHO QUE SE SONHA SO,
É SO UM SONHO QUE SE SONHA SO.
SONHO QUE SE SONHA JUNTO É
REALIDADE!

por Gigi e Vick

CRISE

Atuação em Comissões Temporárias

2

1

Princípios Éticos

DECOLONIZAR
CORPOS E TERRITÓRIOS RECONSTRUINDO
EXIGÊNCIAS BRASIS

Onde?
Como?
Porque?

FALTA SERVIÇOS!
FALTA ORIENTAÇÃO!
FALTA TRABALHO!
FALTA ARTICULAÇÃO!

Contradições
x
militar
x
orientar
x
fiscalizar
x
representar

Janaina Bone
jun/2026

Orientação rápida sobre o exercício profissional e canais de atendimento

Acesso facilitado: CRP SP mais digital

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo está aprimorando seus canais de atendimento para torná-los mais ágeis, simples e acessíveis. Esta iniciativa atende às diretrizes da Lei do Governo Digital (Lei 14.129/2021), que estabelece como princípios a “desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade” e a oferta de serviços acessíveis por dispositivos móveis.

Para as psicólogas e os psicólogos, isso significa que a maioria dos serviços pode ser acessada de forma digital, a qualquer momento e de qualquer lugar, sem a necessidade de comparecimento presencial.

É importante ressaltar que, para a psicóloga ou o psicólogo que prefere ou necessita, o atendimento presencial permanece como uma opção de acolhimento. Este atendimento é realizado na subsele de referência da categoria e deve ser agendado previamente pelo site oficial: www.crp.org/agendamento.

Guia rápido de serviços digitais

O acesso a todos os serviços é feito exclusivamente pelo site do CRP SP (www.crp.org).

Como emito meu boleto de anuidade?

A emissão, parcelamento e negociação (em alguns casos) de boletos vigentes e/ou vencidos é feita na página inicial do site, em sua área central (caixa “Boletos”).

Não consigo acessar o sistema ou esqueci minha senha. O que fazer?

Também na página inicial do site, basta acessar a área “Atualização cadastral”. Manter seu cadastro atualizado é fundamental para garantir o contato com o Conselho.

Como solicito minha carteira de identidade profissional (CIP)?

O processo é iniciado on-line e envolve duas etapas principais:

1. **participação no CRP SP Acolhe:** reunião de orientação obrigatória para novas inscrições;
2. **coleta biométrica:** necessária para a emissão do documento. Esta coleta pode ser realizada por meio digital, de forma simplificada.

Onde encontro os prazos para meus serviços?

Todos os prazos oficiais de atendimento estão detalhados na *Carta de serviços do CRP SP*. O documento está disponível publicamente no Portal da Transparência do CRP SP (transparencia.cfp.org.br/crp06/carta-de-servicos).



Não deixe para a última hora. Acesse a página de anuidades 2026 e imprima já seu boleto

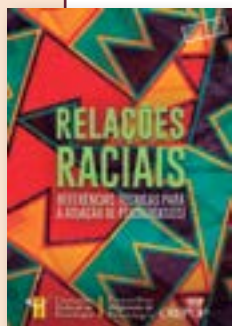


Confluências negras: potência e políticas no Sistema Conselhos

podcast em vídeo

Episódio de Estação Psi, podcast do CRP SP, em que Valéria Braunstein, Ivani Oliveira, Fabiana Macena e Genildo Sousa debatem representatividade negra e as implicações do conceito de confluência para a gestão do Sistema Conselhos. A conversa situa a Resolução CFP nº 18/2002 como marco da luta antirracista na Psicologia e discute o que significa conduzir a autarquia a partir das experiências historicamente silenciadas na profissão.

<https://youtu.be/8rju9MdtFjg>



Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os

referências técnicas

Publicação do Crepop/CFP que fundamenta a prática profissional no enfrentamento ao racismo. Apresenta bases conceituais e orientações para diferentes contextos de atuação, articulando saúde mental, Direitos Humanos e determinantes sociais de raça.

<https://crepop.cfp.org.br/publicacoes/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-a-atuacao-de-psicologasos>



Psicologia na luta antirracista — Prêmio Profissional Virgínia Bicudo

livro

Coletânea organizada pelo CFP reunindo práticas antirracistas premiadas nas edições do Prêmio Profissional Virgínia Bicudo. O nome homenageia a primeira psicanalista não médica do Brasil e uma das pioneiras nos estudos raciais brasileiros.

<https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-na-luta-antirracista-volume-2>



Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs

livro

Publicação do CFP (2019) que documenta formas de violência psicológica, institucional e física contra pessoas LGBTI no Brasil. Analisa como redes comunitárias de afeto e resistência cultural funcionam como tecnologias de proteção à saúde mental.

<https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis>





Referências técnicas para atuação de psicólogos/os/ es em Políticas Públicas para população LGBTQIA+

referências técnicas

Documento do Crepop (2023) que orienta a prática profissional nas Políticas Públicas para a população LGBTQIA+. Aborda acesso a saúde integral, clínica despatologizante e atuação em redes de proteção, com atenção à intersecção entre identidade de gênero, raça e território.

<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-psicologos-e-psicologues-em-politicas-publicas-para-populacao-lgbtqia>



A instituição sinistra: laudos e outras peças técnicas

relatório

Relatório do CFP (2001) produzido a partir de inspeções conjuntas com a OAB em hospitais psiquiátricos e unidades da Febem em todo o país. Documentou violações sistemáticas de Direitos Humanos e embasou denúncias formais à ONU, consolidando a Psicologia como força ativa na luta antimanicomial.

<https://site.cfp.org.br/publicacao/a-instituio-sinistra/>



Retomada de saberes: o contracolonialismo de Nego Bispo

vídeo

Palestra de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) no Instituto de Artes da Unesp, em outubro de 2023, pouco antes de seu falecimento. O pensador quilombola discute território como espaço de resistência cosmológica e apresenta o conceito de "retomada de saberes" como contraponto ao direito colonialista.

https://youtu.be/FK8JKbqpd_E



Jamaina Bispo
jun/2026

O SEU CONSELHO DE



**portas
abertas**

COM EQUIDADE



Trabalhadoras e trabalhadores do CRP SP em evento de formação, em dezembro de 2025.



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP